

Reformar o Cadastro Único é a Chave para Políticas Sociais Eficientes

Estudo Livres 01/2025

Nas décadas de 2000 e 2010, os programas de transferência de renda ganharam destaque nos debates sobre políticas públicas no Brasil. A criação do Bolsa Família durante o governo Lula, unificando e ampliando iniciativas anteriores, como as do governo FHC, marcou um ponto decisivo no combate à extrema pobreza. Reconhecido globalmente, o Bolsa Família tornou-se um símbolo de inclusão social, ao aliar transferência de renda com condicionalidades relacionadas à saúde e educação, alcançando milhões de brasileiros.¹

Contudo, nos últimos anos, a política social no Brasil passou por mudanças significativas. A expansão de programas como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, a criação do Pé-de-Meia e do cashback tributário aumentou a complexidade na gestão dos benefícios, intensificando a dependência do Cadastro Único (CadÚnico) para identificar famílias vulneráveis.

Além disso, a introdução de um valor mínimo nos benefícios - primeiramente de R\$ 400 e posteriormente de R\$ 600 - acabou por dificultar ainda mais a eficácia desses programas.²

Esse ajuste não só aumentou a carga sobre o sistema, como também trouxe desafios adicionais relacionados à qualidade dos dados e à eficiência na alocação dos recursos. Com isso, surgiram novos obstáculos que exigem

melhorias tanto na gestão quanto na verificação das informações fornecidas pelas famílias.

Atualmente, a política social brasileira enfrenta questões de focalização e sustentabilidade fiscal. Este estudo analisa as discrepâncias entre o CadÚnico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), destacando a necessidade urgente de reformar o cadastro e aprimorar a gestão das políticas sociais para garantir que os benefícios alcancem de fato os mais vulneráveis.

Sobre isso, o Livres:

1. Reafirma que a proteção e emancipação dos mais vulneráveis através de políticas de transferência de renda e inclusão produtiva são parte fundamental na defesa da liberdade;
2. Defende a proposição de políticas públicas baseadas nas melhores evidências disponíveis, prezando também pela transparência e clareza para a população;
3. Reafirma a defesa da Responsabilidade Fiscal e da necessidade de aumento da eficiência e equidade dos gastos públicos;

1. Contexto Atual: O Cadastro Único e suas Discrepâncias

Desde a sua implementação, o *Cadastro Único* tem desempenhado um papel central na identificação de famílias que vivem em

condições de vulnerabilidade, servindo como base para a distribuição de recursos de diversos programas sociais.

Em 2023, 22,3 milhões de famílias estavam registradas no CadÚnico como vulneráveis, enquanto a PNADC identificou apenas 15,8 milhões de famílias na mesma categoria. Essa diferença de 29% entre as duas bases de dados levanta preocupações sobre a precisão dos registros do CadÚnico e a possível concessão indevida de benefícios sociais a famílias que não se enquadram nos critérios de vulnerabilidade, de acordo com relatório de pesquisa do Insuper.³

Embora parte da discrepância entre o CadÚnico e a PNADC possa ser explicada por diferenças metodológicas — com o CadÚnico adotando uma medição dinâmica da pobreza, enquanto a PNADC utiliza uma abordagem estática —, o aumento dessas diferenças ao longo dos anos é um indicativo de falhas na focalização dos programas sociais.

Desde 2017, a disparidade entre as duas bases de dados saltou de 10% para 36%, o que sugere que o CadÚnico não está captando adequadamente as mudanças no perfil das famílias beneficiadas.

2. Problemas de Focalização e Incentivos Perversos

Um dos maiores desafios enfrentados pelo CadÚnico é equilibrar sua expansão como principal base para programas sociais com a

necessidade de garantir eficiência e confiabilidade na gestão.

O sistema atual, que depende amplamente da autodeclaração de renda pelas famílias cadastradas, enfrenta dificuldades crescentes à medida que mais iniciativas se apoiam nele. Sem um mecanismo robusto de verificação das informações, há o risco de concessão indevida de benefícios, especialmente para famílias que sub declaram suas rendas.

Esse problema se agrava conforme o CadÚnico se amplia sem que sejam tomadas medidas necessárias conforme sua crescente complexidade, que exige maior capacidade de fiscalização e cruzamento de dados.

O *Pé-de-Meia*, por exemplo, oferece bolsas de estudo para alunos de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Se a renda familiar aumenta, há uma perda imediata do benefício, o que desincentiva a declaração correta da renda.

Da mesma forma, o cashback tributário, que visa corrigir a regressividade do sistema tributário para famílias de baixa renda, depende de dados precisos do CadÚnico. Caso as famílias sub declarem suas rendas, os custos fiscais desse e outros programas aumentam sem que os mais vulneráveis sejam os maiores beneficiados.⁴

Ainda nesse sentido, o *Bolsa Família*, com uma focalização correta, poderia operar com menos da metade do orçamento atualmente disponível, que para 2023 foi de R\$ 175

bilhões.

Com base nos critérios atuais de elegibilidade e focalização adequada, o valor necessário para erradicar a pobreza seria de apenas R\$ 72 bilhões, revelando a magnitude do desperdício causado pela má focalização. Esse ajuste poderia gerar uma economia de até R\$ 100 bilhões, conforme aponta a economista e professora do Insper Laura Machado.⁵

3. Reformas necessárias para a eficiência na superação da pobreza

A reforma do CadÚnico é essencial para melhorar a focalização dos programas sociais e garantir que os benefícios cheguem de fato às famílias mais necessitadas, aumentando a efetividade das políticas públicas e evitando o desperdício de recursos.

Além disso, é fundamental que as políticas sociais incentivem a emancipação econômica, ao invés de perpetuar a dependência de benefícios, o que demanda a integração entre os programas e outras políticas públicas já existentes.

3.1 Implementação de Dupla Checagem Amostral

Para garantir que os dados do CadÚnico sejam precisos e atualizados, é necessário retomar a prática de checagem amostral independente, como já foi realizada em períodos anteriores.

A dupla checagem permitiria verificar a veracidade das informações autodeclaradas

pelas famílias, corrigindo inconsistências e melhorando a qualidade dos dados.

3.2. Modelo de Complementação de Renda e Incentivos à Inclusão Produtiva

Uma das principais limitações dos programas atuais de transferência de renda é o efeito de “armadilha de pobreza”, em que as famílias perdem o benefício ao aumentarem sua renda, desincentivando o trabalho formal.

Um modelo mais eficiente seria a complementação de renda, onde o valor do benefício diminui progressivamente à medida que a renda familiar aumenta, evitando uma perda abrupta dos auxílios e incentivando a inclusão produtiva.

Além disso, a criação de incentivos para que os beneficiários ingressem no mercado de trabalho formal, como bônus para famílias que alcançam determinadas metas de renda ou estabilidade no emprego, pode ser uma forma eficaz de promover a emancipação econômica.

Esses incentivos poderiam ser atrelados a programas de qualificação profissional e oportunidades de emprego, integrando políticas de inclusão produtiva aos programas de transferência de renda.⁶

3.3. Melhoria na Qualidade da Educação: O Caso do Pé-de-Meia

Programas como o *Pé-de-Meia*, que busca reduzir a evasão escolar, têm o potencial de

transformar a vida dos jovens mais vulneráveis. No entanto, sem uma educação pública de qualidade, esses programas terão impacto limitado.

Dados do Insper mostram que o *Pé-de-Meia* pode reduzir a evasão escolar em até 7 pontos percentuais (ou $\frac{1}{3}$ da evasão escolar), mas a sustentação desse resultado depende de melhorias substanciais na infraestrutura e qualidade do ensino oferecido.

A educação de qualidade é capaz de levar a ganhos de produtividade e efetiva qualificação para o mercado de trabalho, com a geração autônoma de renda pelo estudante. Nesse sentido, ela é o complemento indispensável para que os programas de transferência de renda alcancem seu pleno potencial, transformando-se em instrumentos efetivos de emancipação social, para além do alívio pontual da pobreza.

4. Conclusão

A política social brasileira está em um momento de inflexão. A expansão do CadÚnico e a inclusão de novos programas de transferência de renda aumentaram a pressão sobre a base de dados e expuseram falhas significativas na sua gestão.

A discrepância crescente entre o CadÚnico e a PNADC evidencia a necessidade de uma reforma urgente, que inclua a implementação de dupla checagem amostral, a criação de incentivos à inclusão produtiva e o investimento em educação de qualidade.

Com a colaboração de:

Deborah Bizarria

Economista, especialista em gestão pública e associada Livres.



Associação Livres

R. Herculano de Freitas, 273 - Bela Vista
São Paulo - SP
CEP: 01308-020

Contato:

contato@eusoulivres.org
+55 11 95449-4400

Referências

1. ALMEIDA, Cássia. Políticas sociais como o Bolsa Família são replicadas mundo afora. O Globo. Publicado em 30 de julho de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/07/30/politicas-sociais-como-o-bolsa-familia-sao-replicadas-mundo-afora.ghtml>
2. ROSA, Victoria Nogueira. Bolsa Família: entenda como funciona o benefício social. Valor Econômico. Publicado em 18 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/artigo/bolsa-familia-entenda-como-funciona-o-beneficio-social.ghtml>
3. ABREU, Laura et al. Fidedignidade do Cadastro Único e Perspectivas para o Programa Bolsa Família. Relatório de Pesquisa, Insper, 2024. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/bd1cb307-3606-4990-a0f3-a0401b9b755f>
4. MACHADO, C. O cadastro único importa para o cashback. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cecilia-machado/2024/05/o-cadastro-unico-importa-para-o-cashback.shtml>. Acesso em: 07 out. 2024.
5. MACHADO, Laura. Ajuste no Bolsa Família poderia reduzir pobreza e poupar R\$ 100 bilhões. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-machado/2023/06/ajuste-no-bolsa-familia-poderia-reduzir-pobreza-e-poupar-r-100-bilhoes.shtml>. Acesso em: 07 out. 2024.
6. BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Laura Muller. Aperfeiçoamento do Desenho do Bolsa Família, 2020. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/d18f4ed4-84ac-4575-8518-46add782dd00>